

VINICIUS LUMMERTZ

Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.

Ultracrepidários brasileiros

Ne supra crepidam sutor iudicaret.

A velha advertência latina recomendava que o sapateiro não opinasse além da sandália. Dela nasceu uma palavra quase esquecida e surpreendentemente atual: ultracrepidário, aquele que fala com absoluta convicção sobre aquilo que desconhece. Talvez poucas palavras descrevam tão bem uma parte do ambiente público em que vivemos.

Basta abrir uma rede social para encontrá-los aos milhares. Economistas de um minuto, juristas de um vídeo, estrategistas militares de um comentário, especialistas instantâneos em educação, saúde, segurança ou política internacional. Umberto Eco observou que as redes sociais deram voz a multidões que antes limitavam suas certezas à mesa do bar. Muito antes dele, José Ortega y Gasset advertia para o risco de uma sociedade em que a convicção substitui o conhecimento. A frase popularmente atribuída a Nelson Rodrigues, segundo a qual os idiotas dominariam o mundo pela quantidade, e não pela inteligência, continua sendo repetida porque traduz um desconforto do nosso tempo.

Mas talvez estejamos exagerando no diagnóstico. O ultracrepidário não seria a doença, mas, sim, a febre, a dor e a reação, mesmo o país tendo índices educacionais sofríveis.

As redes sociais também não são a origem do problema. Descobriram apenas que a indignação prende a atenção, e essa atenção produz engajamento, e engajamento produz receita. O algoritmo monetiza a frustração; não a inventa. A pergunta importante, portanto, não é porque os algoritmos funcionam assim, mas por que milhões de brasileiros oferecem diariamente tanta frustração para ser transformada em negócio.

A resposta talvez esteja menos na tecnologia do que na ausência de um horizonte comum. Nenhuma sociedade vive apenas de brigas, vazios, escândalos, conflitos e denúncias. Ela precisa acreditar que estu-

dar amplia oportunidades, que trabalhar melhora a vida, que empreender encontra regras previsíveis, que inovar vale a pena e que o esforço individual pode contribuir para um futuro melhor. Precisa, sobretudo, de um projeto de país suficientemente claro para que cada cidadão consiga enxergar onde entram sua família, sua cidade, sua profissão, sua empresa e sua comunidade.

Durante parte da nossa história, essa percepção existiu. As grandes migrações dos séculos XIX e XX, a industrialização e a expansão da classe média alimentaram a convicção de que havia um lugar para o esforço individual na construção nacional. Talvez nunca o tenhamos chamado de Brazilian Dream, mas existia um sonho brasileiro, imperfeito como todos os sonhos coletivos, porém forte o suficiente para organizar expectativas e produzir esperança.

Hoje discutimos muito mais o conflito do que o destino. Produzimos prognósticos em abundância sem antes construir diagnósticos consistentes. Debates em vídeos, algoritmos, fake news e guerras culturais com enorme intensidade, enquanto perguntas essenciais quase desapareceram: que Brasil queremos construir? Como elevar a produtividade, a competitividade, o investimento, a segurança jurídica, a liberdade de empreender, o crédito acessível e a mobilidade social? Como formar uma classe média mais ampla, dinâmica e capaz de sustentar o desenvolvimento?

Nossa democracia representa legitimamente inúmeros interesses, mas encontra enorme dificuldade para transformá-los em um interesse maior: o desenvolvimento do país. Foi justamente Ignacy Sachs quem formulou a ideia de desenvolvimento negociado. Não significa que cada setor obtenha integralmente tudo o que deseja. Significa exatamente o contrário: que todos aceitem ceder alguma coisa para que a sociedade inteira avance muito mais. Quando cada grupo

negocia apenas a própria fatia, deixa-se de negociar o crescimento do bolo.

É nesse vazio que o ultracrepidarismo prospera, na frustração de um país que não entrega. Daí a frustração procurar uma saída. As redes sociais oferecem esse espaço. O algoritmo identifica esse comportamento, amplia-o e o transforma em um círculo vicioso de engajamento e lucro.

Quem não consegue embarcar no trem do futuro acaba fazendo barulho na plataforma.

Talvez essa seja a imagem mais precisa do Brasil contemporâneo. Em vez de construir trilhos para que mais brasileiros embarquem, discutimos apenas como controlar as plataformas onde eles desabafam. Transparência dos algoritmos, responsabilização por abusos e aperfeiçoamento das regras podem ser necessários, mas nenhuma plataforma criou a desesperança, o endividamento das famílias, a baixa produtividade ou a dificuldade de ascensão social. Apenas transformou essas frustrações em um negócio extraordinariamente eficiente.

Domenico De Masi alertava para o risco do retrocesso cultural quando o ruído encobre a reflexão. Talvez o desafio brasileiro seja justamente o inverso: trocar o ruído por contexto, os sintomas pelas causas, a indignação por um sonho nacional e a disputa permanente por um desenvolvimento negociado, capaz de reconciliar os interesses legítimos de cada grupo com o interesse maior do país. Não é exagero dizer que nossas múltiplas elites desistiram de fazer um projeto de país. Senão, onde ele estaria?

Nenhuma sociedade amadurece vivendo de faz de conta. Países transformam-se quando têm coragem de fazer diagnósticos honestos, negociar o próprio futuro e oferecer aos seus cidadãos aquilo que algoritmo algum consegue fabricar: esperança. Porque o verdadeiro oposto do ultracrepidário não é o especialista. É o cidadão que possa acreditar em uma viagem para o futuro, em um trem chamado Brasil, e possa embarcar nessa plataforma.

GUSTAVO FARIA

Diretor executivo da Associação Brasileira de Telesserviços (ABT)

O custo do trabalho e o futuro do emprego no Brasil

Apesar dos avanços recentes no mercado de trabalho, a informalidade ainda atinge cerca de 37,5% da população ocupada, mais de 38 milhões, segundo o IBGE. Nesse contexto, o setor de Telesserviços assume papel estratégico diante dos desafios de inclusão e formalização.

Por trás de cada atendimento, suporte técnico ou central de relacionamento, há mais do que um serviço: uma porta de entrada para o mercado formal. O setor está entre os maiores empregadores do país, reunindo cerca de 1,4 milhão de trabalhadores com carteira assinada. São, em grande parte, jovens em seu primeiro emprego, além de mulheres, pessoas negras e outros grupos sub-representados, que encontram nesse segmento uma oportunidade de in-

serção produtiva.

É uma atividade que combina escala e capacidade de absorção de mão de obra em diferentes regiões. Ainda assim, o ambiente regulatório e tributário recente tem ampliado a pressão sobre setores intensivos em trabalho, justamente aqueles que mais contribuem para a geração de empregos formais e para o fortalecimento da base contributiva.

A experiência brasileira mostra que há caminhos eficazes. A política de desoneração da folha de pagamentos, adotada a partir de 2011, trouxe resultados consistentes. Até o fim de 2023, os setores contemplados somavam mais de 9 milhões de empregos formais. Em janeiro de 2024, ainda registravam a criação de cerca de 81 mil vagas, com crescimento acima da média nacional, segundo a Brasscom.

É um instrumento que estimulou contratações, favoreceu a formalização e contribuiu para o dinamismo econômico. No caso dos Telesserviços, cuja operação depende de pessoas, o custo da folha, frequentemente superior a 70% dos custos totais, é determinante para decisões de contratação, retenção e expansão. Pequenas variações nesse custo têm im-

pacto direto sobre o volume de vagas.

Diante de mudanças tributárias que tendem a elevar a carga sobre serviços, o tema volta ao debate público. A discussão sobre modelos de tributação mais compatíveis com setores intensivos em mão de obra, incluindo alternativas à incidência sobre a folha - como a tributação sobre o faturamento -, ganha relevância em um contexto em que ampliar a formalização permanece central para o país.

Mais do que um ajuste setorial, trata-se de uma reflexão sobre os incentivos que orientam o mercado de trabalho. A forma como o custo da contratação formal é estruturada influencia decisões empresariais e o volume de oportunidades disponíveis. Em economias com elevada informalidade, esses efeitos tendem a ser ainda mais pronunciados.

O Brasil enfrenta uma escolha relevante. Setores intensivos em trabalho são uma de suas principais engrenagens de inclusão e mobilidade social. Políticas que aumentam o custo da contratação formal nesses segmentos podem limitar o acesso ao emprego para os grupos que mais dependem dessas oportunidades.

BARROS MIRANDA

Historiador, jornalista e professor

Papa Leão XIV e os dilemas de São Pio X

A decisão do Papa Leão XIV de confirmar a excomunhão dos bispos envolvidos nas consagrações episcopais sem mandato pontifício representa um dos atos mais significativos de seu pontificado e reafirma um princípio histórico da Igreja Católica: a unidade e a sucessão apostólica dependem da comunhão com a Sé de Roma. Embora a medida seja dura, ela não surge de um

desacordo meramente ideológico, mas da compreensão de que ordenar bispos contra a vontade expressa do papa constitui um ato de cisma, rompendo a estrutura de autoridade de quase dois mil anos.

Historicamente, Roma sempre enfrentou desafios semelhantes. Desde o Grande Cisma do Oriente até as divisões provocadas pela Reforma Protestante, momentos de ruptura deixaram marcas profundas na identidade do catolicismo. Nesse contexto, a decisão dialoga com precedentes históricos, como as excomuniões relacionadas à própria Fraternidade São Pio X em 1988, mostrando que a Santa Sé continua enten-

dendo a obediência ao pontífice como elemento essencial da comunhão eclesial.

Sob uma perspectiva opinativa, a excomunhão pode ser vista não apenas como punição, mas como um instrumento extremo de preservação da unidade da Igreja. Ao mesmo tempo, ela evidencia a dificuldade de conciliar tradição, autoridade e pluralidade de interpretações em um catolicismo global. Seu impacto ultrapassa o âmbito religioso, pois reforça o papel histórico de Roma como centro de decisão e autoridade espiritual, demonstrando que, mesmo no século XXI, continua enfrentando dilemas que marcaram a história Católica